FÓRUM PARAENSE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL

VI Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas no Estado do Pará

Castanhal - Pará – 26 de abril de 2023

O Fórum Paraense em conjunto com os fóruns regionais e municipais de Educação do Campo, desde o ano de 1998 vem realizando anualmente o Seminário de Combate ao fechamento de escolas no campo e a partir de 2021, incluiu em sua agenda o combate ao fechamento de escolas nos territórios quilombolas e indígenas no Estado do Pará, com a intenção de denunciar as arbitrariedades que têm sido cometidas pelos gestores educacionais e municipais em nosso estado, com a conivência do conselho estadual e municipais de Educação, quanto ao ***fechamento de 8.478 escolas no Estado do Pará, entre os anos de 2000 e 2022, sendo 1.491 urbanas e 6.987 rurais, conforme o Censo Escolar de 2022***.

Esse fenômeno também se manifesta em todo território nacional, e se intensifica a cada ano, ampliando o número de escolas fechadas, tanto nos territórios urbanos quanto nos territórios, rurais, conforme demonstra o quadro a seguir:

Escolas Extintas no Brasil segundo a localização:
Entre os anos de 2000 e 2008; 2000 e 2020; 2000 e 2021 e 2000 e 2022

Escolas Extintas	Urbano	Rural	Total
2000 - 2018	4.389	93.146	**134.535**
2000 - 2020	45.271	100.961	**146.232**
2000 - 2021	47.396	104.196	**151.592**
2000 - 2022	48.973	106.410	**155.383**

Fonte: GEPERUAZ – FPEC - INEP/ C.E. 2018

Nos últimos 22 anos, 155.383 escolas foram fechadas no Brasil, sendo 106.410 rurais e 48.973 urbanas, entre 2000 e 2022. Além disso, **36.526 escolas encontravam-se paralisadas em todo o país em 2022, conforme o Censo Escolar de 2022.**

A Bahia foi o Estado que mais fechou escola neste período (2000-2022), 20.826, sendo 17.044 rurais e 3.782 urbanas; seguida de Minas Gerias, que fechou 16.755 escolas, sendo 10.311 rurais e 6.444 rurais; e do Ceará, que fechou 12.522, sendo 9.404 rurais e 3.118 urbanas, conforme o Censo Escolar de 2022.

Em grande medida, o desejo dos gestores estaduais e municipais de educação de implantar a política de nucleação vinculada a oferta do transporte escolar, tem sido responsável pelo fechamento crescente das escolas do campo, indígenas e quilombolas em nosso país; mesmo que essa situação seja violadora da legislação vigente que estabelece a oferta da escolarização aos sujeitos, próximo de suas residências (ECA, art. 53, 1990); e que exige, para o fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas, a concordância da comunidade com o fechamento da escola e a manifestação do conselho municipal ou estadual, sobre os impactos do fechamento da escola na vida dos estudantes e da comunidade. (LDB, 1996. Art. 28 - parágrafo único)

Para justificar essa situação estapafúrdia, as secretarias de educação elaboram portarias internas, estabelecendo arbitrariamente o número de estudantes necessários para a formação das turmas e lotação dos educadores e educadoras, uma vez que não existe legislação nacional e estadual, que estabeleça um determinado número mínimo para que uma escola do campo, indígena ou quilombola possa funcionar.

Da mesma forma, os gestores educacionais utilizam-se de argumentos falaciosos, como: "*o número de crianças nas comunidades rurais é insuficiente para a formação das turmas*"; " *a implantação da nucleação vai superar a precarização das condições de oferta das escolas nos territórios do campo"*, que não se sustentam na prática, uma vez que as comunidades do campo, indígenas e quilombolas possuem muitas crianças, adolescentes, jovens e adultos que não concluíram a escolarização básica; e que as escolas nucleadas existentes não apresentam boas condições de oferta, conforme o discurso dos gestores educacionais no momento em que anunciam às comunidades o fechamento da escola.

Mesmo com a Pandemia, que intensificou as desigualdades sociais e educacionais, atingindo muito mais os povos e grupos que não acessam a internet em suas comunidades e territórios, como é o caso dos povos do campo, indígenas, quilombolas e extrativistas, as escolas continuam sendo fechadas nessas comunidades e territórios, de forma crescente, conforme os dados a seguir apresentados no ***Estado do Pará***:

Escolas rurais extintas no ano do Censo de 2019 – 313 escolas

Escolas rurais extintas no ano do Censo de 2020 – 281 escolas

Escolas rurais extintas no ano do Censo de 2021 – 322 escolas

Escolas rurais extintas no ano do Censo de 2022 – 178 escolas

Escolas rurais paralisadas no ano do Censo de 2022 – 1. 353 escolas

O quadro a seguir apresenta os municípios que mais fecharam escolas no campo, no Estado do Pará, nos anos de 2021 e 2022:

Estado do Pará: Municípios que mais fecharam escolas no campo em 2021 e 2022

2021		2022	
Município	**n° de Escolas**	**Município**	**n° de Escolas**
Afuá	**119**	**São Félix do Xingu**	**45**
São Miguel do Guamá	**53**	**Porto de Moz**	**18**
Aurora do Pará	**35**	**São Domingos do Araguaia**	**16**
Nova Esperança do Piriá	**21**	**Dom Eliseu**	**15**
Monte Alegre	**21**	**Eldorado do Carajás**	**15**
Porto de Moz	**16**	**Prainha**	**11**
Placas	**11**	**Paragominas**	**10**
Cametá	**10**	**Igarapé-Miri**	**9**
Garrafão do Norte	**7**	**Óbidos**	**5**
Medicilândia	**6**	**Cametá**	**4**
Viseu	**5**	**Santa Maria do Pará**	**4**

Fonte: GEPERUAZ – FPEC - INEP/ C.E. 2018

O Movimento da Educação do Campo em todo país, e o Fórum Paraense com os fóruns regionais e municipais em Educação do Campo na Amazônia Paraense, tem protagonizado uma ampla ação coletiva em defesa e permanência das escolas públicas do campo em suas comunidades e territórios, para que os camponeses, indígenas, quilombolas e extrativistas tenham acesso à escola pública em seus territórios; e construídas efetivamente como parte deles.

Nossa luta tem sido árdua contra o fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas e por condições dignas de trabalhar e estudar nelas, de forma diferenciada e presencialmente, combatendo os avanços do negócio, tanto do negócio do transporte escolar, quanto do negócio da EAD (educação à distância com tecnologias digitais) que tem permitido fechamentos disfarçados, segundo Roseli Caldart.

Nesses 25 anos do Movimento da Educação do Campo no Brasil, inúmeras campanhas têm sido protagonizadas em todo país em defesa das escolas públicas do campo: ***Fechar Escola é Crime! (MST)***, ***Raízes se formam no Campo: Educação Pública e do Campo é direito Nosso (CONTAG)***; e ***Escola é Vida na Comunidade! (articulação Sul em defesa da Educação do Campo)***, todas com a compreensão de que ***a violência no campo começa com a porta de uma escola fechada***, e que a nossa luta, deve ser intransigente, incondicional e permanente por ***nenhuma escola pública a menos e muitas escolas públicas a mais em nossos territórios camponeses, indígenas, quilombolas e extrativistas, no Pará e no Brasil***.

Se a comunidade se unir,
A Escola vai resistir.
Se a comunidade lutar,
A escola não vai fechar.
Se a comunidade quiser,
A escola permanece no seu território!

Educação do Campo, das Águas e das Florestas.
Direito nosso. Dever do Estado!

Coordenação do Fórum Paraense de Educação do Campo
Coordenação dos Fóruns Regionais de Educação do Campo
Universidade Federal do Pará
Promotoria de Justiça da 1ª Região Agrária do Ministério Público do Estado do Pará